

Reforma Sindical

O fim da autonomia e da liberdade

Um acordo fechado na calada da noite no Fórum Nacional do Trabalho (FNT) resultou no texto base da reforma sindical que vem sendo acordada pelas centrais sindicais (inclusive a CUT), pela representação dos empresários e pelo governo. A proposta, ao invés de avançar rumo à liberdade e autonomia sindicais reivindicadas pelos trabalhadores, caminha em sentido contrário. Concentra poderes na cúpula sindical, atribuindo às centrais os direitos de negociação e de contratação, o que, se não houver o controle da base, equivalerá à eliminação da soberania das assembleias de trabalhadores em relação à definição do que será negociado e à assinatura ou não de um acordo coletivo.

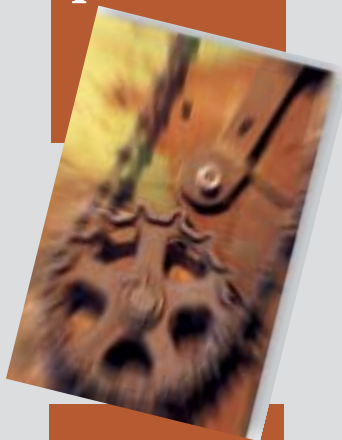
Mas o texto vai além. Ele transfere às cúpulas das centrais o poder de reconhecer ou não um sindicato criado pela base e de escolher qual sindicato representará os trabalhadores de uma determinada categoria. Além disso, o projeto pretende acabar com qualquer autonomia das organizações sindicais.

O texto da reforma abre a porta para que as centrais possam negociar a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, por um lado, e, por outro, abre as condições para a destruição do sindicalismo de luta.

Esta situação exige de todos os trabalhadores o repúdio ao projeto de Lula e do Fundo Monetário Internacional e a preparação de uma luta que impeça a destruição da liberdade e da autonomia das entidades de luta da classe trabalhadora.

- **ESTABILIDADE NO EMPREGO**
- **REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO, SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS**
- **POLÍTICA SALARIAL QUE RECOMPONHA O PODER DE COMPRA DOS SALÁRIOS**
- **MANUTENÇÃO DOS DIREITOS E CONQUISTAS TRABALHISTAS**
- **UTILIZAÇÃO DOS JUROS DA DÍVIDA EXTERNA EM INVESTIMENTOS PÚBLICOS E NA GERAÇÃO DE EMPREGOS**

O que queremos



O que Lula e o FMI querem

- **FIM DO SUBSTITUTO PROCESUAL, OU SEJA, OS SINDICATOS NÃO REPRESENTAM MAIS SUA CATEGORIAS**
- **FIM DO PODER NORMATIVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO**
- **DAR À JUSTIÇA DO TRABALHO ATRIBUIÇÃO DE JULGAR APENAS DISSÍDIOS COLETIVOS E NÃO MAIS AÇÕES TRABALHISTAS, INDIVIDUAIS OU EM GRUPO.**

Reforma Trabalhista

Confisco de direitos e conquistas

O governo Lula lançou, por meio de um projeto de lei complementar, um embrião da reforma trabalhista de orientação liberal ensaiada desde o início de seu mandato. No entanto, assustado com a intensidade das manifestações contrárias à matéria, colocou a proposta em banho maria, expressando a crise que envolve o Planalto. Mas isso deve ser passageiro, devendo o projeto ser reapresentado ao Congresso neste ano de 2005. Para ser aprovada, a matéria precisa de maioria absoluta tanto na Câmara quanto no Senado.

A proposta de reforma trabalhista de Lula se adequa plenamente às imposições dos liberais e do Fundo Monetário Internacional (FMI): reduzir – ou, eufemisticamente, flexibilizar – os direitos trabalhistas.

Existe uma enorme pressão do capital financeiro e da patronal por uma desregulamentação trabalhista que leve à drástica redução de direitos e de garantias dos trabalhadores. Para se ter uma idéia disso basta ver que o Banco Mundial também resolveu se “preocupar” com a questão trabalhista no Brasil. Seus técnicos produziram um documento que “orienta” o país a promover mudanças “radicais” e imediatas nesta área. Visando obter maiores lucros, empresários e governo querem que os assalariados trabalhem mais e ganhem menos, com pouquíssimos direitos ou, de preferência, sem direito algum.

Mesmo com o recuo do governo em 2004, os trabalhadores devem permanecer atentos e denunciar o ataque que, mais cedo ou mais tarde, virá.

- **ESTABILIDADE NO EMPREGO**
- **REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO, SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS**
- **POLÍTICA SALARIAL QUE RECOMPONHA O PODER DE COMPRA DOS SALÁRIOS**
- **MANUTENÇÃO DOS DIREITOS E CONQUISTAS TRABALHISTAS**
- **UTILIZAÇÃO DOS JUROS DA DÍVIDA EXTERNA EM INVESTIMENTOS PÚBLICOS E NA GERAÇÃO DE EMPREGOS**

O que queremos



O que Lula e o FMI querem

- **ACABAR COM DO 13º SALÁRIO**
- **ACABAR COM O SEGURO DESEMPREGO**
- **ACABAR COM A CLT**
- **MINÍMA INTERVENÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NAS RELAÇÕES ENTRE PATRÕES E EMPREGADOS**
- **FIM DA LICENÇA-MATERNIDADE**
- **FIM DO FGTS**
- **FIM DO DIREITO À FÉRIAS**